

# Cabral defende imissão de posse

Josemar Gonçalves



Pontos polêmicos não são discutidos pela liderança do PMDB que analisou projeto de Constituição

**INDEX**  
O relator geral da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), assegurou ontem que no texto final de seu substitutivo será incluída a imissão imediata da posse no capítulo que dispõe sobre a reforma agrária. Reafirmou que concederá anistia ampla, geral e irrestrita para todos os cassados a partir de 1969, surgiu — de acordo com matéria publicada domingo no **Jornal de Brasília** — da constatação do relator de que a assinatura do então presidente Costa e Silva foi falsificada à época, «o que a torna uma medida de justiça».



Apesar da reforma agrária ainda ser um tema de discordância entre as lideranças e os próprios relatores adjuntos, Cabral considera que «essa é uma medida urgente no Brasil», e acrescenta que a reforma agrária só será possível se existir a imissão de posse. O relator porém acredita que «não podemos incluir no projeto uma imissão arbitrária», mas conclui que existem outras maneiras de fazê-lo.

Outra decisão pessoal do relator na elaboração do substitutivo diz respeito à anistia dos cassados — a partir de 1969. Segundo o atual projeto, seriam anistiados e incluídos no quadro de pessoal todos os militares cassados desde 1946. Cabral entende que a medida traria, além de despesas muito grandes às Forças Armadas, problemas ligados à própria estrutura hierárquica. Mesmo assim, ao constatar através de laudo pericial a irregularidade das cassações, optou por conceder a anistia.

### Parlamentarismo

Parlamentarista confesso, Cabral ressaltou ainda a sua preferência por incluir em seu substitutivo a emenda do senador Afonso Arinos (PFL-RJ) — presidente da Comissão de Sistematização — que prevê o parlamentarismo praticamente puro, com o Presidente como chefe do Estado e o primeiro-ministro como chefe do Governo. O relator ressaltou porém que se houver um acordo entre as lideranças no próximo dia 20, quando será apresentado formalmente o seu substitutivo, ele terá que acatá-lo mesmo que seja por um presidencialismo puro.

Bernardo Cabral pretende esgotar as discussões nessa fase de elaboração do substitutivo. Por isso, garante que acatará, agora, todas as decisões de consenso que surgirem das lideranças.

### Líderes debatem reforma agrária

*A necessidade de se garantir na nova Constituição a viabilidade da reforma agrária no Brasil — parte importante do conteúdo programático do PMDB — foi o principal enfoque do encontro que reuniu ontem, na casa do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, as principais lideranças do partido, o presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), e o relator geral, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM).*

*A reunião aconteceu para buscar um acordo prévio dentro do PMDB, representado pelo senador Mário Covas, pelo líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna, e pelo próprio anfitrião, Ulysses Guimarães. Na pauta estavam os pontos mais polêmicos do substitutivo de Cabral, como, anistia, sistema de Governo, sistema financeiro, seguridade social e questões sindicais. Segundo Fernando Henrique Cardoso, líder do partido no Senado e um dos relatores auxiliares de Cabral, as discussões avançaram, mas acordo total ainda não se conseguiu fechar.*

### Consenso

*Já a organização sindical está próxima de um consenso. Fernando Henrique antecipou que a tendência é criar mecanismos de proteção ao trabalhador, impedindo as demissões sem justa causa — proposta sugerida pelo ministro do Trabalho, Almir Pazianotto. Acrescentou, no entanto, que isto não representa a estabilidade plena, permitindo assim que as empresas demitam em momentos de crise.*

## ANJ quer fim da tual Lei de Imprensa

Liberdade de informação, imunidade tributária na importação de papel de imprensa, extinção da Lei de Imprensa e reserva de mercado no jornalismo, no que se refere à exigência de diploma. Estes são os pontos fundamentais que a Associação Nacional de Jornais (ANJ) defende na Constituinte.

De acordo com o presidente da entidade, José Antônio do Nascimento Brito, «a clareza e a definição exata desses itens na nova Carta são de relevante importância para a liberdade de informação no Brasil».

O presidente lembra que «as constituições mais liberais em termos de liberdade de informação, foram as do século XIX. Depois, conforme o País foi mudando sua Constituição, começou a haver um cuidado em qualificar o conceito de liberdade e adjetivá-lo». Essa mudança, ele atribui ao «mau hábito que existe no Brasil de quereremos regulamentar tudo nos mínimos detalhes». Na concepção da ANJ, «uma Constituição deve garantir o grau de liberdade e não proibi-la, antes de qualquer coisa. As restrições são problemas para o Supremo Tribunal julgar. Não há muito que definir sobre liberdade de expressão. Ela existe ou não existe. Não há meio termo».

### Imunidade

A manutenção da imunidade tributária na importação de papel de imprensa a ANJ quer ver assegurada por duas razões: primeiro, porque o Brasil ainda não produz mais de 50% das necessidades de papel de imprensa, dependendo, sobremaneira, da importação; em segundo lugar, Nascimento Brito ressaltou que essa medida também favorece a liberdade de imprensa, à medida que os jornais não se submetam ao controle do Governo para importar papel. A ANJ entende que «em um País que quer ter democracia levada a sério, esse ponto tem que ser respeitado».

Rigorosamente contrária à permanência da Lei de Imprensa, a Associação Nacional de Jornais não deseja a discussão sobre esse tema na Constituinte, e explica a posição: «Nós achamos que a liberdade deve ser defendida amplamente pela Constituinte e o que advir de eventuais abusos de liberdade deve ser tratado dentro do código penal». A partir dessa declaração, o presidente da entidade confirma que «a ANJ é favorável, isto sim, à extinção da Lei de Imprensa e à sua regulamentação, via lei ordinária, dentro do Código Penal». E critica: «Qualquer país em que haja Lei de Imprensa, hoje, é um país subdesenvolvido no ponto de vista jurídico. A Lei de Imprensa é uma redundância do Código Penal».

O último ponto fundamental para a ANJ nessa Constituição é referente à exigência de diploma para que seja exercida a profissão de jornalista. A posição da associação, conforme assegura seu presidente, «não é manifestada contra o diploma de jornalista em si. É contra a exigência de diploma para profissões que não impliquem diretamente em risco de vida».

## “Antidireita” chega a consenso sobre emendas

**INDEX**  
Estatização do sistema bancário-financeiro, criação do Conselho de Comunicação, voto proporcional, supressão do Estado de Defesa, redefinição do papel das Forças Armadas, reforma agrária, anistia e conceito de empresa nacional são alguns assuntos polêmicos sobre os quais o autodenominado “Grupo Antidireita” conseguiu chegar a um consenso e enviar, em bloco de 18 emendas de plenário, com pedido de votação em separado, à Comissão de Sistematização. O objetivo, segundo o líder do PDT, deputado Brandão Monteiro, é conseguir pressionar o relator Bernardo Cabral “para que não se deixe influenciar pelas idéias conservadoras do projeto Hércules”, afirmou.

O Grupo Antidireita é composto, aproximadamente, por 100 parlamentares, sendo 26 do PDT, 16 do PT, cinco do PC do B, três do PCB, dois do PSB e 50 do Movimento Unidade Progressista, do PMDB. Para o líder do PC do B, deputado Aldo Arantes (GO), o projeto Hércules ameaça a soberania da Constituinte, pois está fazendo uma verdadeira Constituição paralela. “Eles estão atropelando o processo e nós não vamos aceitar isso passivamente”, desabafou. O deputado Augusto Carvalho (PCB-DF) frisou que “pairam no ar articulações da direita para tentar derrubar os poucos avanços sociais conseguidos nas comissões temáticas”. Para o comunista, estas emendas em bloco polarizaram o desejo do movimento popular.

### Emendas

Assinadas por vários líderes, entre eles o deputado Luiz Inácio “Lula” da Silva (PT), Brandão Monteiro (PDT), Haroldo Lima (PC do B), Jamil Haddad (PSB) e peemedebistas como Oswaldo Lima Filho (PE), Cristina Tavares (PE) e Nelton Friedrich (PR), as 18

emendas em bloco enviadas pelo Grupo Antidireita a Bernardo Cabral significam para o deputado Luiz Salomão (PDT-RJ) “questões que os progressistas não irão abrir mão”.

A emenda da reforma agrária prevê que os imóveis rurais inferiores a 500 hectares (morte) e 200 hectares (restante do País) estarão excluídos de desapropriação por interesse social. A anistia ampla, geral e irrestrita a partir de 1º de fevereiro de 1961, beneficia os atingidos por motivação política e atos administrativos, com reintegração imediata, promoções e indenizações. Outra emenda suspende por prazo indeterminado o pagamento dos juros da dívida externa e determina uma rigorosa auditoria sobre a dívida e as condições em que foi ela contraída.

A empresa nacional será considerada aquela constituída por pessoa jurídica e com sede no País, cujo controle decisório e capital estejam, em caráter permanente, em mãos de brasileiros. Emenda de autoria de “Lula” estabelece que as instituições financeiras são de propriedade exclusiva do Poder Público. Outra prevê que as verbas públicas serão destinadas exclusivamente às escolas públicas. Ficou constituído o monopólio estatal para a exploração de serviços públicos de telecomunicações, comunicação postal, telegráfica e de dados.

O sistema de Governo foi a única polêmica formada entre o Grupo Antidireita, revelando posições divergentes, pois o PDT e o PT defendem o presidencialismo e o PC do B, PCB e PSB alinharam-se ao parlamentarismo. “Temos que buscar a unidade, portanto esta questão ameaça a soberania do grupo”, brincou o deputado Luiz Salomão (PDT-RJ), explicando que o tema foi descartado como “medida para que o grupo sobreviva”.

## OAB vê com esperanças o texto constitucional

**Recife** — O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Márcio Thomaz Bastos, disse ontem que está “aguardando a Constituição sem ilusões, mas com alguma esperança”. Ele afirmou que o Brasil tem hoje a grande oportunidade de construir uma verdadeira democracia, acrescentando que não só ele, mas todo o povo brasileiro espera que o Congresso Constituinte entenda o atual momento político que vivemos e lance as bases de uma democracia fundamentada no bem-estar social.

Márcio Bastos foi a Recife para presidir a reunião extraordinária do Conselho Federal da OAB, que este mês realizou-se pela primeira vez fora da sede da entidade, no Rio de Janeiro, em comemoração aos 160 anos de implantação dos cursos jurídicos no Brasil. A abertura dos trabalhos contou com a participação do governador Miguel Arraes de Pernambuco, e a reunião deve se encerrar hoje, quando os 69 membros do Conselho Federal e os 23 presidentes das seccionais estaduais da OAB deverão divulgar

documento sobre o momento político-constitucional brasileiro.

Miguel Arraes, ao falar para os conselheiros da Ordem, disse que “o papel da Justiça é o do bem-comum” e afirmou que “é difícil se governar numa sociedade marcada pelas desigualdades”. O presidente da OAB, disse que “esse Congresso que esta aí não foi a Constituinte que desejávamos”. Ele acrescentou, no entanto, que a Carta em elaboração “em hipótese alguma será pior do que a atual Constituição, que é ilegítima e não contém os instrumentos capazes de promover as mudanças políticas, econômicas e sociais que o País exige”.

O presidente da OAB Márcio Thomaz Bastos defendeu a realização de eleições diretas para presidente da República tão logo seja promulgada a Constituição, “60, 90 ou no máximo 120 dias depois”, sob alegação de que o mandato do presidente José Sarney é transitório e de que a transitoriedade acaba com a promulgação da Constituição.